

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

O surgimento e desenvolvimento da teoria do valor nos clássicos

DANIEL FEROLLA URIARTE DO NASCIMENTO

Matricula: 110052042

ORIENTADOR: Prof. Galeno Tinoco Ferraz Filho

OUTUBRO 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

O surgimento e desenvolvimento da teoria do valor nos clássicos

DANIEL FEROLLA URIARTE DO NASCIMENTO

Matricula: 110052042

ORIENTADOR: Prof. Galeno Tinoco Ferraz Filho

OUTUBRO 2017

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio e presença essenciais em toda minha trajetória e formação. Aos amigos de longa data e aos amigos feitos no Instituto de Economia da UFRJ, os quais levarei para vida. Aos grandes professores que tive a oportunidade de ter aula durante o curso e em especial ao meu orientador, pela atenção e ajuda extremamente importantes nesse final de graduação, certamente guardarei sua dedicação na memória.

Resumo

Esta monografia tem como tema a teoria do valor trabalho tal como foi trabalhada e entendida pelo autor durante o curso de Ciências Econômicas da UFRJ. Seu objetivo é abordar a origem da ideia de valor e a formulação das teorias do valor levada a cabo pelos principais autores da economia política clássica nos séculos XVIII e XIX: Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx.

Como precedentes destes autores clássicos, vemos os Fisiocratas tendo grande importância, tentando explicar a realidade econômica da época partindo da observação da realidade que vivenciavam. Posteriormente, com Smith, busca-se apresentar a teoria do valor trabalho juntamente à observação de divisão do trabalho e seu impacto no movimento de preços. Na teoria de David Ricardo, surge a noção do trabalho incorporado e das variações causadas por diferentes durabilidades dos capitais. O trabalho aborda ainda a teoria do valor em Marx com a ampliação das teorias de seus antecessores e introdução de novos conceitos como a mais valia e, encerra com o resumo dos principais pontos abordados pelo trabalho.

Palavras-chave: Teoria do valor, clássicos, Fisiocratas, valor trabalho, Adam Smith, Ricardo, valor incorporado, Marx, fetichismo da mercadoria, mais valia.

Sumário

Introdução	7
CAPITULO I: Considerações Iniciais.....	10
CAPITULO II: Os Fisiocratas.....	15
2.1 A sociedade modelo dos fisiocratas	15
2.2 O conceito de excedente	16
2.3 As contribuições fisiocratas para o debate da teoria do valor	18
CAPITULO III: Adam Smith	21
3.1 Adam Smith e os Fisiocratas.....	21
3.2 A propensão a troca e divisão do trabalho	22
3.3 A formulação da teoria do valor em Smith	24
CAPITULO IV: David Ricardo.....	29
4.1 A sociedade em David Ricardo	29
4.2 O debate sobre as Corn Laws e os novos conceitos de Ricardo.....	31
4.3 A teoria do Valor em Ricardo	35
4.4 A Teoria do Valor em Ricardo	39
CAPITULO V: Karl Marx	41
5.1 A troca e a mercadoria.....	41
5.2 Valor de uso, valor e o duplo caráter do trabalho.....	43
5.3 Valor de troca e dinheiro e origem do lucro.....	45
5.4 A lei do valor como reguladora da produção e os preços de produção.....	47
Conclusão.....	51
Bibliografia.....	54

Introdução

Como base da teoria econômica, e por sua vez da economia política, a teoria do valor surgiu como tema fundamental, em torno do qual aparecem as primeiras discussões e debates. Na hora de definir o como surge ou em que se sustenta o conceito de valor, destacam-se a Teoria Objetiva do Valor, sustentada pelos clássicos, e a Teoria Subjetiva do Valor, sustentada pelos neoclássicos.

Entre os clássicos mais relevantes estão Smith, Ricardo, Mill e Marx. Para estes autores podemos dizer que o conceito do valor começa com a definição de “valor de uso” e “valor de troca”. Em resumo, o valor de uso seria a utilidade particular que tem para um indivíduo qualquer o uso de um bem e, por valor de troca seria o reconhecimento, por parte da coletividade, deste valor. O valor de troca, assim definido, sustenta-se, por sua vez, na quantidade de trabalho nele incorporado, com algumas diferenças entre os autores.

Entre os neoclássicos, podemos analisar Jevons, Menger, Marshall e Whicksell. Em geral, para todos eles o valor é um conceito abstrato a respeito da importância que os bens tem para os indivíduos, e, nesse sentido, o valor de troca de um bem depende da utilidade marginal do bem, que, por sua vez, sustenta-se na utilidade e escassez, sendo que o trabalho necessário para elaborar um bem não é decisivo na determinação de um valor, como defendido pelos autores clássicos.

Ao estabelecer corrente clássica como tema deste trabalho, veremos a influência histórica e formação dessas concepções tal como aprendido no curso de Economia da UFRJ, buscando estabelecer uma linha de desenvolvimento dos argumentos dos três principais autores clássicos, Adam Smith, Ricardo e Karl Marx, sobre a origem e a medida dos valores.

Nesse intento, o primeiro capítulo do trabalho discute a consolidação do “Projeto Científico da Economia Política”, na segunda metade do século XVIII, mais especificamente em 1776, quando da publicação de “Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações” (RN), por Adam Smith. Nesta obra o autor sistematiza um projeto de reflexão teórica sobre a sociedade mercantil capitalista emergente em alguns países da Europa Ocidental, projeto esse que, em contraposição a reflexão dos filósofos morais com os quais o autor dialoga, põe a operação do mercado como questão crucial para

o entendimento da ordem e da coesão social. Tal manobra teórica organiza a agenda teórica do discurso científico da economia política, agenda ainda hoje válida, em que a construção de uma teoria do valor ocupa papel de destaque. Isso porque, entender o funcionamento da sociedade por intermédio da operação do mercado significa, então, desvendar as leis que regem a sua operação, entre as quais ganha proeminência a lei do valor. Estes pontos serão discutidos no primeiro capítulo desta monografia.

Como precedentes da reflexão dos autores clássicos, temos o pensamento da fisiocracia, escola de pensadores franceses cujas ideias tentavam explicar a realidade econômica de sua época, partindo da observação da realidade que vivenciavam. Tais ideias jogaram papel relevante no desenvolvimento do pensamento smithiano e, por essa razão, o capítulo dois desta monografia ocupa-se em resumir as principais contribuições do pensamento fisiocrata para a formulação do projeto de ciência da economia política, posteriormente sistematizado por Smith. Em seguida, o capítulo três apresenta a teoria do valor trabalho desenvolvida por Smith, relacionando-a a sua reflexão sobre a divisão do trabalho e a temas correlatos apresentados pelo autor nos três primeiros capítulos, do Livro I da “Riqueza das Nações”. Segue-se, no capítulo quatro, a apresentação da teoria do valor de David Ricardo e sua crítica à teoria do valor smithiana. Nesse caso toma importância a noção do trabalho incorporado, em substituição a noção smithiana de trabalho comandado, e a consideração do impacto das variações causadas na determinação do valor pelas diferentes durabilidades dos capitais utilizados. O trabalho se encerra com a teoria do valor em Marx e sua relação crítica com as teorias precedentes (Smith e Ricardo), percurso teórico do qual resultam conceitos relevantes para o discurso marxista como o conceito de mais valia (capítulo cinco). A seção sexta resume os principais pontos abordados pelo trabalho.

De acordo com Carlo Benetti em seu livro Valor e Repartição (1978), no modelo de produção capitalista os trabalhadores não ficariam com a totalidade do produto final de seu trabalho, sendo parte de seu trabalho, ou “sobretabalho”, sendo apropriado pelos capitalistas: “Mas na sociedade capitalista, ao contrario das sociedades precedentes, a extorsão do sobretabalho efetua-se através das relações mercantis e não através das

relações de tipo pessoal. Mais precisamente o sobreproduto é extorquido sob forma de valor de troca e não de valores de uso.“

Esse trecho nos ajuda a compreender a necessidade de se definir a ideia de valor de troca, baseado no trabalho. O ponto dos autores clássicos passa a ser então como fazer essa definição. É o que busco demonstrar nesse trabalho dado que, segundo o próprio Benetti a economia política clássica busca exatamente explicar o modo pelo qual é determinado esse valor de troca dos produtos do trabalho, expondo assim o “problema econômico” do sistema capitalista. Há quem considere a Economia Política Clássica como um paradigma dentro da história do pensamento econômico.

Capítulo I: Considerações Iniciais

Considerações sobre o nascimento da Economia Política como projeto científico e o lugar de uma teoria do valor no âmbito deste projeto

O surgimento da Economia Política como área de reflexão autônoma em relação à moral e a política, expresso na consolidação do Projeto Científico da Economia Política, é o resultado de um longo processo de reflexão em torno de uma das questões fundantes do pensamento moderno, qual seja: como compreender e desvendar a ordem social sem valer-se de uma explicação divina para a mesma?

Tal processo tem como um de seus marcos iniciais o pensamento de Maquiavel o qual promove uma ruptura com análises da ordem social assentadas na ação dos homens “tais quais estes deveriam ser” e passa a considerar, como foco de reflexão, o mundo e o homem “tais como são”. A reflexão de Maquiavel deixa como herança para a reflexão posterior elementos tais como: a percepção de que os códigos morais não são relevantes e/ou suficientes para produzir ordem social; a hipótese de que o homem é dotado de uma “natureza” trans-histórica; a tese de que a ordem social tem como fundamento a esfera da política. Do mesmo modo inicia o movimento que deflagra a expulsão da moral e da religião como ingredientes constitutivos da sociedade. Em síntese, a obra de Maquiavel anuncia a questão central que ocupará a filosofia política nos séculos XVII e XVIII: se não é a moral/ética o elemento definidor de uma conduta padrão que torna a vida em sociedade possível, o que explica a coesão social?

No campo da filosofia política, a resposta à questão anterior ganha destaque na obra dos contratualistas, cuja reflexão tem como ponto de partida o debate sobre a natureza humana e, em decorrência, sobre a natureza do Estado. Como sublinha Teixeira (2000) “De Hobbes a Locke e a Hume, este é o tema da discussão o qual será abordado de diferentes (e contraditórias) maneiras”. Independentemente da visão de cada um destes autores acerca da natureza humana, “é o Estado - como fundador ou como garantidor da ordem social - que constitui a arena na qual se revelam e se resolvem as contradições e os conflitos”.

Por sua vez, como projeto de ciência, a Economia Política se organiza, como observa Ganem (2001), concomitantemente ao desenvolvimento do capitalismo e aparece como fruto da modernidade. Nesse projeto Adam Smith aparece como seu marco fundador, ao organizar “uma interpretação sistematizada da ordem social capitalista, observando-a tanto pela ótica da produção, da acumulação e do excedente, como pela forma mercado”. Em seu livro “Uma investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações” (RN), debatendo com a filosofia política Smith “oferece a solução do mercado como explicação para a emergência da ordem social, define o projeto da economia como ciência, ao mesmo tempo em que dialoga com a questão filosófica central dos modernos: como entender a emergência da ordem social sem recorrer à explicação divina”?

Ao comentar a fundação de um pensamento econômico autônomo em relação à política Benetti (Valor Excedente e Moeda) sublinha o fato de a Economia Política propor uma resposta alternativa para a questão formulada pelos filósofos da política, qual seja desvendar o elemento explicativo da coesão social. Para ilustrar este ponto (a substituição do contrato social pelo mercado), este autor compara a reflexão de Smith com a reflexão de Hobbes, contratualista com o qual Smith dialoga diretamente. Para explicar o elemento constitutivo da ordem social Hobbes parte de um estado (situação) fictício: o estado natural. Tal estado é uma abstração, uma construção teórica. É uma situação na qual os homens viveriam, por hipótese, sem instituições sociais. Mostra que o estado natural é contrário à vida social e apresenta sérios inconvenientes. Na busca de seu interesse, os homens, guiados por ações fundadas no egoísmo, entram em conflito, o que faz do estado natural um estado de conflito, um estado de guerra de todos contra todos. Para eliminar tais inconvenientes os homens egoístas, contudo racionais, instituem a sociedade mediante um pacto: o contrato social. Entre os elementos da análise de Hobbes estão: tomar como ponto de partida o indivíduo em seu estado de natureza; definir uma natureza humana pré-social (egoísmo e tendência ao conflito e desagregação); entender o estado de natureza como pleno de inconvenientes; e supor que o contrato social institui um poder que torna a vida social possível. Como resultados analíticos da análise hobbesiana destacam-se: o fato de o poder político não ser uma delegação divina, mas um poder fundado em delegação dos homens o que supõe que estes estão dispostos a renunciar ao exercício pleno da liberdade

individual; o fato de o poder político (o Estado) garantir a vida social e a atividade de cada indivíduo no seio da sociedade; a percepção de que o poder político é a condição de existência da sociedade civil ou garantia de sua permanência ordenada.

Em contraposição a solução de Hobbes, Smith propõe uma resposta alternativa para a questão formulada e enfrentada pelos filósofos da política, qual seja desvendar o elemento explicativo da coesão e da ordem social e superar a tese de que a economia e a política compõem uma realidade dual na qual a esfera da economia está subordinada à esfera da política. A resposta smithiana a essas questões aparece nas ideias apresentadas em suas duas obras principais, a Teoria dos Sentimentos Morais (1759) e a “Riqueza das Nações” (1776). A relação entre os principais pontos tratados nas duas obras está discutida por Teixeira (2000), como é possível constatar na citação que se segue:

“A contribuição de Smith supera a dicotomia (economia/política) ao aceitar o princípio do altruísmo como dominante em todas as esferas do comportamento humano, exceto a que se relaciona com a obtenção de riquezas materiais – na qual prevalece o egoísmo. Só que nessa esfera, quando todos os indivíduos exercitam o egoísmo na busca de vantagens pessoais, proporcionam ao mesmo tempo o máximo de vantagem para todos – é a famosa mão invisível. A condição- e é nisso que está fundada a necessidade do Estado – é que cada um, ao procurar realizar seus interesses, não impeça os demais de realizarem os deles. Esta é a tese central da Teoria dos Sentimentos Morais, a partir da qual se torna claro para Smith que conhecer a sociedade implica o conhecimento do modo de funcionamento do mundo da produção material, ou seja, a economia.... A Riqueza das Nações é o resultado desse empreendimento. E sua consequência é a ruptura entre o mundo da política e o da economia”.

Assim, em a “Riqueza das Nações”, Smith retoma a tema da natureza humana, da análise das tendências próprias à natureza humana. Para o autor para compreender o funcionamento da sociedade com ênfase na esfera econômica o interesse próprio surge como motivação mais forte que o altruísmo. Se assim é, ou seja, se é o interesse próprio que direciona as ações individuais, por que o resultado da interação entre os homens não produz a anarquia e caos?

Nesse ponto, como sublinha Benetti, Smith oferece uma resposta muito distinta da sugerida por Hobbes. No estado natural os homens tendem a trocar (tendência à troca inata aos indivíduos) e não ao conflito. Essa tendência engendra a divisão do trabalho (interdependência entre os indivíduos) o que, por sua vez, tem impactos expressivos sobre a produtividade do trabalho. Logo, as trocas estimulam a produção da riqueza e, em consequência, se realizam num ambiente econômico no qual todos os participantes do jogo mercantil podem ganhar. Em outras palavras, o aumento da produtividade do trabalho gera base material para o consenso. Isto significa que a ordem mercantil, ao estimular o aumento da riqueza a ser distribuída, permite que as trocas, mesmo baseadas em critérios de equivalência, garantam ganhos para as partes envolvidas (a troca não é um jogo de soma zero), o que, por sua vez, possibilita adesão voluntária dos indivíduos à ordem mercantil.

Em resumo, na visão de Smith, o estado de natureza não apresenta inconvenientes (como o conflito em Hobbes), os homens tendem a trocar e o conjunto das relações mercantis daí derivadas (o mercado) é o elemento explicativo da coesão social. Logo, entender os mecanismos de funcionamento da sociedade é desvendar as leis de funcionamento do mercado, leis que passam a constituir o objeto de reflexão da economia política. Da reflexão antes resumida resultam algumas ideias, entre as quais o fato de a coesão social não ter como condição a criação de um poder político (expulsão do príncipe); a hipótese de que a Sociedade Civil precede o Estado; e a defesa de que a vida social é possível num mundo de n-liberdades (a busca do auto-interesse por indivíduos livres e autônomos não produz caos, mas vida social).

As considerações anteriores mostram que o projeto científico da Economia Política se expressa na construção de uma teoria da ordem social na qual a operação do mercado ganha lugar de destaque. Conhecer os fundamentos da coesão social e os mecanismos de reprodução da sociedade passa a ser um esforço que requer desvendar as leis que regem o funcionamento do mercado. É nesse quadro que se organiza, com Smith, a agenda do discurso economista, ainda hoje válida, na qual se destaca como tema central a construção de uma teoria do valor (e de sua contra face, uma teoria da distribuição), ademais de outras questões relevantes como uma teoria do excedente econômico e sua destinação (elemento

necessário para pensar crescimento/ acumulação de capital) e uma teoria da moeda (Bennetti 1987).

As considerações que se seguem buscam recuperar de forma sintética os pontos centrais da teoria do valor de três autores clássicos (Smith, Ricardo e Marx), que apresentam como elemento comum o fato de terem buscado no trabalho o fundamento do valor. São, na verdade, os mais importantes representantes da teoria do valor-trabalho. Antes, porém, de discutir esses autores, começaremos com algumas considerações sobre o pensamento da Fisiocracia, dado que questões presente no arcabouço teórico desta escola foram relevantes por apontar questões e deixar problemas não resolvidos para a reflexão posterior.

Capítulo II: Os Fisiocratas

2.1 A sociedade modelo dos fisiocratas

Antes de entrarmos Adam Smith, Ricardo e de Karl Marx, trataremos de uma teoria precedente a estes autores, cujo objetivo estava em explicar a realidade econômica da França em meados do século XVIII, partindo da observação da realidade que vivenciavam. Trata-se da Escola Fisiocrata, com origem francesa, que defendia a existência de uma ordem natural inerente à ordem social, análoga a ordem que rege a natureza física, e com base na qual a sociedade deveria ser organizada. Entendia, ainda, que a sociedade estava submetida a leis naturais, do mesmo modo que o universo físico. Estas últimas (leis da física) diferiam das primeiras (leis da ordem social) pelo fato de não poderem ser impactadas pela ação dos homens. Cumpriria à reflexão intelectual desvendar as leis econômicas associadas à ordem social (identificada/naturalizada como a sociedade capitalista que então se organizava) e, a partir de então, anunciar boas regras de política econômica (o bom governo) que não fossem obstáculos ao desenvolvimento e manifestação não impedissem a manifestação daquelas leis.

A sociedade francesa que serve como pano de fundo histórico para a reflexão dos fisiocratas é a sociedade francesa da metade do século XVIII. Como sublinha Napoleoni, esta era uma economia na qual predominava a produção agrícola, com a maior parte das terras concentradas em mãos de grandes proprietários fundiários (resquício da ordem feudal). Na agricultura, destacava-se a produção camponesa com baixos índices de produtividade, ainda que nas províncias do norte uma classe de rendeiros capitalistas já desenvolvia uma agricultura baseada no trabalho assalariado, caracterizada por uma produtividade bastante superior à registrada no sul do país. Por sua vez, a produção não agrícola estava em sua maior parte constituída por unidades de produção de natureza artesanal que conviviam com manufaturas organizadas em moldes capitalistas, as quais, entretanto, respondiam por pequena parcela do produto social.

Na sociedade francesa da época dos fisiocratas é patente o confronto e a diferença entre elementos característicos de duas estruturas sociais (feudalismo e capitalismo), em especial no campo das formas de organização da produção, no qual a agricultura organizada

em moldes capitalistas apresentava níveis de produtividade muito superiores aos observados na agricultura familiar/camponesa e mesmo relativamente à produção artesanal.

Napoleoni sublinha que a atitude dos fisiocratas em relação à produção capitalista era, de certa forma, peculiar, pois, de um lado, compreendia o poder do desenvolvimento capitalista e defendia sua generalização no campo da agricultura e, de outro, dado o contexto social em que viviam, não percebiam que as atividades manufatureiras e industriais eram as que carregavam maior potencial para o desenvolvimento de relações capitalistas de produção. De fato, o projeto de sociedade proposto pelos Fisiocratas era uma França predominantemente agrícola, com esta atividade baseada em grandes propriedades operando sob a forma capitalista de organização da produção.

2.2 O conceito de excedente

Os dois maiores autores fisiocratas foram François Quesnay e Anne Robert Jacques Turgot, cujas obras precederam a publicação da *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, em 1776. O *Tableau Economique* de Quesnay é a primeira tentativa de explicação da reprodução sistêmica de uma economia considerando os processos de produção, circulação e distribuição da riqueza, ainda que trate da reprodução de uma economia fechada e não inclua crescimento econômico (reprodução simples ou reprodução sem crescimento).

A análise desses autores partiu de um conceito que se tornou um dos principais temas de discussão na teoria econômica, o produto líquido ou excedente. O produto líquido se caracterizaria como a parte da produção que, através do trabalho, excede o consumo das mercadorias necessárias à produção, o que inclui a subsistência dos trabalhadores e os materiais adiantados para a produção. A particularidade da teoria dos fisiocratas é que, do seu ponto de vista, somente a agricultura é que poderia gerar um excedente e assim formularam suas teorias partindo do princípio da agricultura como centro da geração de riqueza social.

O uso do conceito de excedente para entender o funcionamento e reprodução do sistema econômico traz, como sublinha Napoleoni, três questões que precisam ser enfrentadas pela reflexão dos fisiocratas. Trata-se da origem do excedente, da questão da

avaliação ou medição do excedente e, por último, da regra de distribuição do excedente entre as classes sociais relevantes. Como já comentado, em relação à origem do excedente os fisiocratas atribuem a possibilidade de sua geração a uma potência intrínseca à terra, portanto o excedente surge como uma dádiva da natureza para com os homens. Como desdobramento da discussão em torno da origem do excedente, a fisiocracia constrói os conceitos de trabalho produtivo (trabalho aplicado em órbitas de produção geradoras de excedente, no caso trabalho agrícola) e de trabalho improdutivo (aquele aplicado em atividades não produtoras de excedente, no caso da visão dos fisiocratas, o trabalho artesanal, manufatureiro e o alocado em serviços). A partir da definição desses conceitos a fisiocracia define as classes sociais relevantes que compõem, no seu modo de ver, a sociedade de seu tempo. As três classes destacadas por Quesnay são os trabalhadores produtivos (constituída por trabalhadores da agricultura, sejam eles arrendatários capitalistas ou trabalhadores assalariados), a classe estéril ou improdutiva (aqueles cujas atividades são desenvolvidas fora da órbita agrícola) e os proprietários fundiários.

No que se refere à questão da medição do excedente, a fisiocracia utiliza uma manobra que lhe permite não enfrentar a questão da construção de uma teoria do valor. Trata-se da utilização da hipótese de que a produção do excedente está circunscrita à atividade agrícola e que ademais, nesta atividade, a mercadoria gerada pelo processo produtivo é a mesma que a utilizada como capital adiantado (subsistência dos trabalhadores e materiais utilizados na produção). Essa hipótese, conhecida como a “hipótese fisiocrática” supõe que se produz a mercadoria agrícola por intermédio dela mesma (produção de trigo por intermédio de trigo). Em consequência, é possível calcular o excedente agrícola em termos físicos, o que libera a fisiocracia da necessidade de uma explicação teórica para a formação dos preços. Para outros ramos de atividade a questão da medição do excedente não se coloca, uma vez que, por hipótese, haveria apenas a transformação de determinados valores de uso em valores de uso distintos, não havendo formação de excedente nesse processo. Entender o funcionamento de uma economia mercantil sem enfrentar a questão da construção de uma teoria do valor não será possível para Smith, quando este rejeita a tese de que a produção excedentária limita-se à produção agrícola.

Finalmente na discussão da apropriação do excedente a fisiocracia trabalha com a tese de que, regra geral, todo o excedente é apropriado pelos proprietários da terra na forma de renda (aluguel) da terra.

Vale sublinhar que a ênfase no trabalho produtivo (o trabalho agrícola) como fonte de riqueza nacional era o ponto base para a teoria fisiocrata. Esse pensamento é contrastante em relação ao das escolas anteriores, em particular o mercantilismo, que entendia que o valor dos produtos da sociedade era criado na circulação, com o vendedor vendendo seus produtos por mais dinheiro do que o pago "originalmente" (lucro por alienação; comprar barato e vender caro). Distingue-se também do mercantilismo por não focar o enriquecimento nacional acúmulo de ouro, resultante de saldos positivos na balança comercial. A escola Fisiocrática de economia foi a primeira a relacionar o trabalho como a geração de riqueza, mesmo que o trabalho não fosse entendido como produtivo em si mesmo e que a geração do excedente estivesse limitada à produção agrícola.

No “Tableau” de Quesnay, as relações entre as classes sociais são relações mercantis mediadas pela moeda. A moeda seria uma mercadoria específica aceita na função meia troca e expressão do valor das mercadorias. Apesar dos fisiocratas não terem desenvolvido uma teoria do valor, contabilizavam as trocas em preços e a troca de mercadorias por moeda, como o observado nas transações entre classes descritas por Quesnay.

2.3 As contribuições fisiocratas para o debate da teoria do valor

O principal alvo dos fisiocratas era desvelar os elos entre todos os fenômenos básicos da economia capitalista. Dessa forma, a teoria da reprodução social engloba todos os aspectos da vida econômica e ocupa o centro do sistema fisiocrata, cujo mérito está em ser capaz de generalizar os fenômenos econômicos. Quesnay descreve o processo da reprodução capitalista em toda sua abrangência (produção, circulação, distribuição e consumo) em acordo com a existência de uma “ordem natural” inerente à ordem social então entendida como ordem mercantil.

Ademais desse novo olhar sobre a sociedade, a fisiocracia deixou um legado importante pra a reflexão economista posterior. De fato, segundo Garagnani, entre suas contribuições mais importantes estão o conceito de produto nacional, sua distribuição entre as classes sociais na forma de rendimento do trabalho e de renda da terra e o entendimento da reprodução econômica como a produção de um produto que tanto recoloca seu próprio valor (o capital investido) e rende, para além desse, um excedente ou rendimento líquido (excedente).

Outra contribuição importante está no reconhecimento das formas adquiridas pelo capital quando diferenciam adiantamentos anuais, que consistem na subsistência dos trabalhadores durante o período de produção e nas mercadorias empregadas na produção (insumos), dos adiantamentos primitivos: capital adiantado para que a produção se torne possível, e que será utilizado ao longo de diversos períodos de produção e reposto anualmente mediante uma taxa de depreciação (juros sobre o valor dos adiantamentos). Identificam, ainda os adiantamentos fundiários que correspondem aos gastos efetuados pelos proprietários da terra com o objetivo de aumentar a oferta de terras agricultáveis (limpeza, aragem, construções, sistemas de irrigação etc.)

Os adiantamentos anuais e primitivos estão sob a responsabilidade da classe produtiva (mais especificamente os arrendatários das terras). Os adiantamentos fundiários estariam sob a responsabilidade dos proprietários da terra. No Tableau os adiantamentos fundiários estão desconsiderados, uma vez que Quesnay foca uma situação de reprodução do sistema econômico, sem crescimento.

Com esses conceitos, vemos que os fisiocratas estabeleceram uma distinção fundamental entre capital fixo (produtos utilizados em vários ciclos de produção - adiantamentos anuais) e circulante (produtos utilizados em um único ciclo produtivo - adiantamentos primitivos), uma distinção utilizada por Smith em suas teorias e que ainda hoje é utilizada na ciência econômica.

Dado que os Fisiocratas não atentavam para o conceito de lucro, o excedente era concebido apenas na forma da renda da terra, o que os levou a procurar sua fonte nas propriedades específicas da agricultura. A limitação dessa perspectiva levou a uma compreensão incompleta e incorreta ao sobre o papel da indústria e, a ignorar o lucro industrial.

O lucro na produção capitalista era apenas o "aluguel" obtido pelo proprietário do terreno em que a produção agrícola estava ocorrendo. Em seu *Tableau Economique*, Quesnay mostra mediante de um diagrama, a produção e circulação da riqueza, assim como sua distribuição pelas três classes da sociedade, com a renda excedentária sendo inteiramente apropriada pelos retornava aos proprietários de terras.

Mesmo com a limitação histórica da sua época, os fisiocratas criaram conceitos importantes, fato posteriormente reconhecido por Karl Marx. Contudo, seu arsenal teórico parece limitado se comparado às contribuições subsequentes, muitas das quais superam suas lacunas e contradições.

Dialogando com os fisiocratas, Adam Smith consolida o projeto científico da economia política na qual crítica e supera algumas das ideias da fisiocracia. Sua reflexão, por razões que discutiremos a seguir, não poderá passar ao largo da construção de teoria do valor e de uma teoria do lucro, abrindo o caminho para a maior compreensão da ordem mercantil capitalista, então emergente.

Capítulo III: Adam Smith

3.1 Adam Smith e os Fisiocratas

Nascido na Escócia em 1723, Adam Smith entrou em contato com os principais representantes da fisiocracia, Quesnay e Turgot, cujas ideias foram um dos pontos de partida para o pensamento smithiano. Identificando alguns problemas teóricos na reflexão da fisiocracia sobre a ordem mercantil e tendo como pano de fundo para o desenvolvimento de suas ideias a sociedade inglesa de seu tempo, Smith vai superar algumas das dificuldades e contradições inerentes ao pensamento da fisiocracia.

Sublinhe-se que Smith vive numa Inglaterra ainda predominantemente agrícola mas na qual já está em consolidação uma agricultura organizada em moldes capitalistas e em que se estrutura um núcleo de produção manufatureira dinâmica, operando com base no trabalho assalariado. Vale lembrar que a célula produtiva que serve de base à análise de Smith no capítulo inicial de a “Riqueza das Nações” (a fábrica de alfinetes) é uma manufatura, forma de organizar a produção que engloba trabalho cooperado e divisão do trabalho. Não é por outra razão que Rubin afirma que Smith pode ser visto como o teórico da fase manufatureira do capitalismo, diferentemente de Ricardo que já vivem em uma Inglaterra em que a revolução industrial e a emergência da Indústria Moderna estão em pleno andamento. Adam Smith foi o primeiro a criar um modelo abstrato totalmente coerente com a realidade econômica da sua época, incluindo as conexões entre as classes sociais, o sistema de produção, o comércio, a circulação de moeda e a distribuição da riqueza. Assim, é creditado a Smith o status de patrono da Economia, já que foi quem deu o status de matéria e criou um pensamento sistemático e estruturado em torno dela. Com a publicação de “A Riqueza das Nações” de Smith em 1776, tem fim a influência dos fisiocratas e são introduzidos os princípios que servirão de base à Escola Clássica e da Economia.

Um ponto central da crítica de Smith às teses fisiocratas foi o de que o trabalho agrícola era o único trabalho produtivo e de que o excedente se explicava por uma potência

intrínseca à terra. Se a geração do excedente não se circunscreve à produção agrícola, como Smith não pode negar (dada à acumulação de riqueza visível no segmento manufatureiro da economia inglesa), então a investigação da origem do excedente desloca-se da terra para o trabalho. Da mesma forma, entender a atividade manufatureira como produtiva exclui a possibilidade de Smith trabalhar com a hipótese que permitiu a esta escola da fisiocracia calcular o excedente em termos físicos. Por exemplo, em uma manufatura de tecidos, o produto (tecido), os materiais adiantados (teares, fios etc.) e o salário dos trabalhadores (bens salário) são obviamente mercadorias distintas. Isso implica o fato de a identificação do excedente tem como passo teórico prévio a construção de uma teoria do valor.

Smith ao dialogar com a filosofia política e substituir o Estado pelo mercado como elemento de coesão social na explicação da ordem social, se impõe como tarefa discutir as leis que regem o funcionamento do mercado, no centro das quais está a lei do valor. Por seu turno, ao discutir com a fisiocracia e compreender que não pode aceitar a hipótese fisiocrática (produzir uma mercadoria por intermédio dela mesma) que possibilita o cálculo do excedente em termos físicos, entende que para desvendar os mecanismos de operação do mercado não pode se furtar de se colocar como questão teórica central a construção de uma teoria do valor.

3.2 A propensão a troca e a divisão do trabalho

Em a “A Riqueza das Nações”, Smith parte da hipótese de que a propensão à troca era uma característica própria à natureza humana, pulsão já constatada na circunstância de o homem, mesmo no primórdio de qualquer vida civilizada demonstrar, tendência à trocar informações e desenvolver uma linguagem. A propensão à troca em Smith tem como desdobramento o desenvolvimento da divisão do trabalho, processo no qual cada ser humano se especializa em uma atividade (ou em uma etapa do processo produtivo). A divisão do trabalho tem como resultado forte impacto sobre a produtividade do trabalho. Isso significa que a produção cooperada com base na divisão do trabalho potencializa a geração de riqueza e põe à disposição dos componentes da ordem social uma riqueza (massa de valores de uso ou massa de mercadorias) muito superior àquela que seria obtida

em condições de produção em autarquia. O aumento da produtividade associado à divisão do trabalho é explicado por Smith pelo fato de a divisão do trabalho aumentar a habilidade ou a destreza dos trabalhadores, reduzir a perda de tempo na troca de atividades ou tarefas e promover a especialização das ferramentas como contrapartida da especialização do trabalho.

O fato de a troca implicar divisão do trabalho e esta, por seu turno, aumentar sobremaneira a produtividade do trabalho é um elemento relevante para Smith rejeitar a ideia de que a troca é um jogo de soma zero (alguém ganha, alguém perde) tal como pensavam alguns autores mercantilistas. O aumento da riqueza material associado às trocas (e a divisão do trabalho) gera riqueza social suficiente para garantir base material para o consenso ou, dito de outro modo, para garantir a adesão voluntária dos homens à ordem mercantil. Assim o desenvolvimento da sociedade baseada nas trocas (no limite o capitalismo) é capaz de permitir que seus participantes melhorem a sua condição, no que se refere ao acesso à riqueza material, mesmo para o trabalhador situado na base da pirâmide social.

“Em comparação com o luxo extravagante dos grandes, as necessidades e pertences de um operário certamente parecem ser extremamente simples e fáceis e, no entanto, talvez seja verdade que a diferença de necessidades de um príncipe europeu e de um camponês trabalhador e frugal nem sempre é muito maior do que a diferença que existe entre as necessidades deste último e as de muitos reis da África, que são senhores absolutos das vidas e das liberdades de 10 mil selvagens nus” (SMITH RN, 1776, Capítulo I, Livro I)

As considerações anteriores sugerem que para Smith a participação (adesão) de cada um na ordem social, ao possibilitar que todos melhorem a sua condição material, prescinde de coerção extra-econômica, circunstância que aponta para o caráter liberal da reflexão smithiana e que pode ser estendida para a análise das relações entre nações com base no desenvolvimento da divisão internacional do trabalho. Para Smith, mais uma vez diferentemente dos mercantilistas, o comércio internacional pode estimular o “enriquecimento das nações”.

Vale sublinhar que para Smith, a divisão do trabalho resultava da busca pela riqueza como um desejo de cada indivíduo de melhorar, em que o auto-interesse levava os homens

a buscar pelo melhor para si e com isso acabavam proporcionando involuntariamente o melhor para os outros.

“Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm por seus próprios interesses. Na esfera econômica, isso propicia a divisão do trabalho e a acumulação de capital, dessa forma aumentando a produtividade.” (SMITH, RN, 1776, p. 18)

3.3 A formulação da teoria do valor em Smith

Como vimos, para Smith, a tendência à troca, inerente à natureza humana, leva à divisão do trabalho que, ao desenvolver-se, fortalece a interdependência entre produtores. Neste quadro, a satisfação da maioria das necessidades de cada agente econômico passa a ser mediada pela troca. Dado que a troca passa a ser o mecanismo responsável pela reprodução social, a moeda aparece como um elemento indispensável para o funcionamento do mercado e assume como função principal tornar a troca independente do casamento das necessidades individuais dos permutantes. Como sabido, em Smith, a função principal da moeda é ser meio de troca, meio de circulação das mercadorias. Em Smith a moeda aparece como moeda-mercadoria, ou seja, é uma mercadoria que tem custo de produção e que é socialmente eleita para desempenhar a função de meio de troca. O fato de a moeda ser uma mercadoria despolitiza a moeda e torna a troca de mercadorias por moeda uma transação que deve estar subordinada a uma lei econômica: a lei do valor.

Dado o quadro anterior, Smith passa a investigar qual a norma, o critério que rege a troca das mercadorias pela mercadoria dinheiro. Para ele o valor das mercadorias pode ser entendido em dois sentidos:- a sua utilidade (valor de uso) e o seu valor de troca (o poder de compra). Contudo, o valor de troca não pode ser derivado diretamente da utilidade, como sugere ao enunciar o paradoxo da água e do diamante.

"As coisas que têm um maior valor em uso frequente têm pouco ou nenhum valor para troca; e, pelo contrário, as que têm o maior valor de troca frequentemente têm pouco ou nenhum valor de uso. Nada é mais útil do que a água; mas dificilmente se comprará alguma coisa com ela; dificilmente ela se trocará com

alguma coisa. Um diamante, pelo contrário, dificilmente tem qualquer valor para uso, mas frequentemente uma quantidade muito grande de outros bens pode ser trocada por ele." (SMITH, RN, 1776, Cap. IV p. 84)

Smith passa, então, a investigar o princípio que determina o valor de troca das mercadorias e as causas de sua variação. Nesse caso a questão chave a ser investigada é: qual a medida real do valor de troca (um valor variável), ou em que consiste o preço real das mercadorias? Visando responder esta questão Smith afirma: “todo homem é rico ou pobre de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida”. Numa economia mercantil, a maior parte destas coisas é atendida com o produto do trabalho alheio. Em decorrência, todo homem é tão mais rico quanto mais produtos do trabalho alheio seja capaz de obter (comandar), o mesmo que o trabalho e incômodo que a pessoa poupa a si mesmo.

Como sublinha Rubin (2014) ao investigar a questão de uma medida invariante do valor Smith argumenta que “iguais quantidades de trabalho, em qualquer tempo ou lugar, podem ser ditas de igual valor para o trabalhador.” Independentemente de quantas mercadorias o trabalhador possa conseguir trocar por um dia de trabalho, este último significará sempre que ele tem de sacrificar a mesma quantidade de “sua comodidade, sua liberdade e sua felicidade”. Para Rubin o problema nesta formulação está no fato de que “para que uma quantidade objetiva de trabalho adquirida possa preservar seu papel como medida invariável de valor, Smith tem de postular que as valorações subjetivas dos esforços do trabalho também são invariáveis”.

Concomitantemente à investigação acerca de uma medida invariante do valor Smith preocupa-se em analisar as causas das mudanças quantitativas no valor das mercadorias. A resposta a essa questão leva o autor a entender o trabalho como fundamento do valor, ainda que em sua investigação dois conceitos ganhem destaque: o trabalho comandado e o trabalho contido.

Smith inicia o exame da questão anterior tendo como referência uma economia mercantil simples ou uma economia de produtores independentes. Trata-se dos “tempos rudes e primitivos”, uma situação hipotética na qual não há propriedade monopolista da terra e na qual a produção o capital ainda não se acumulou em mãos privadas. Os

produtores independentes produzem com base na divisão do trabalho e podem migrar livremente entre todos os setores da produção. Nesta situação somente o trabalho garante apropriação de parcela da riqueza social e o trabalho comandado pela mercadoria tem como fundamento o trabalho contido, ou seja, o tempo de trabalho exigido para sua produção, conhecidas as condições de produção. Variações nos preços relativos expressam variações no trabalho contido, elemento explicativo do preço natural das mercadorias. Como se trata de uma economia anárquica (não planejada), o mercado pode formar preços nos quais a regra de equivalência (trabalho igual contra trabalho igual) não estará sendo respeitada. Nesta situação um produtor estará ganhando (comprando mais trabalho com menos trabalho) e o outro perdendo (trocando mais trabalho por menos trabalho). Tal circunstância implicará nova tomada de decisões de produzir e os produtores migrarão do setor que ganha para o que perde. Esta redistribuição intersetorial do trabalho, gerada pela concorrência entre produtores, só cessará quando for indiferente produzir qualquer mercadoria (trabalho comandado = trabalho contido).

A análise da formação e da variação de preços numa situação na qual o capital concentrou-se nas mãos de pessoas particulares e na qual toda a terra de um país tornou-se propriedade privada (sociedade mercantil capitalista) introduz novos elementos e problemas. Trata-se, agora, de discutir preços numa sociedade de classes, quais sejam trabalhadores assalariados, capitalistas e proprietários da terra. Nesse caso, para Smith, o produto do trabalho não mais pertence inteiramente ao trabalhador e o valor da mercadoria passa a ser distinto do valor do trabalho (salários). Parte do valor da mercadoria deve remunerar a propriedade do capital (lucros) e da terra (renda da terra). Inicialmente Smith trata o excedente (lucro e renda da terra como deduções do produto do trabalho), o que autoriza algumas leituras que vêm nessa discussão o embrião de uma teoria da exploração desenvolvida posteriormente por Marx. Vale ressaltar que Smith passa a tratar o lucro como um componente do preço das mercadorias distinto dos salários, criticando a concepção da fisiocracia que concebe o lucro como remuneração do trabalho (salários de direção e inspeção). Os lucros estão relacionados ao capital e sua magnitude à volume do mesmo.

Em condições de produção capitalistas, salário, lucro e renda passam a ser as partes componentes do valor. Logo, o valor do trabalho (salários) é necessariamente menor que o valor da mercadoria (salários, lucros e rendas). Nesse quadro, abandonada a hipótese de que

lucro e renda da terra são deduções do produto do trabalho, o trabalho comandado não pode ser explicado pelo trabalho contido. Salário lucro e renda passam a ser entendidos como fontes originais de todos os rendimentos e, em consequência, remanesce a questão dos elementos determinantes do trabalho comandado. Para Smith o trabalho comandado, aquele que fundamenta o preço natural das mercadorias, passa então a depender das taxas naturais de salário, lucro e renda, e o preço natural pode ser definido como aquele que cobre exatamente as taxas comuns (naturais) de salário, lucro e renda da terra. Estas são taxas (comuns ou médias) usualmente pagas dependem das circunstâncias gerais da sociedade – grau de desenvolvimento econômico, momento no ciclo econômico, natureza específica de cada emprego ou setor de ocupação.

Dadas as considerações anteriores é possível perceber que a determinação do preço natural das mercadorias requer determinar as taxas naturais de salário, de lucro e de renda, tarefa que Smith se impões nos capítulos VIII, XIX, e XI de a “Riqueza das Nações”. Conhecidas as taxas naturais, é possível identificar os preços naturais, por adição.

A crítica mais comum à solução smithiana anteriormente sintetizada dirige-se ao fato de o autor acabar explicando preços por intermédio de preços, armando uma argumentação circular na qual a determinação dos preços naturais depende da determinação de outros preços como, por exemplo, o preço do trabalho. Ademais preços calculados por adição das taxas naturais de salários lucros e rendas (preços cuja formação obedecem a princípios diferentes) faz com que os preços relativos não possam se conhecidos independentemente da distribuição. Em outras palavras, variações na distribuição teriam efeitos sobre os preços relativos mesmo, considerando-se as condições de produção dadas. A crítica de Ricardo a Smith, como veremos em seguida, tem como ponto central a decisão smithiana de abandonar o conceito de trabalho contido na discussão da formação de preços, em uma economia mercantil capitalista.

Vale ressaltar que Smith estabeleceu uma distinção importante entre preço de mercado e preço natural. O preço de mercado seria o resultante da interação entre as forças da oferta e da demanda. O preço natural refletiria condições normais de produção e remuneraria trabalho, terra e capital às suas taxas naturais, Se vigentes não ensejariam realocação de recursos entre os diversos ramos da produção. Podem ser entendidos como

preços de equilíbrio para os quais tenderiam a convergir os preços de mercado, em condições de livre competição.

Utilizando-se dos conceitos presentes no trabalho de Smith, David Ricardo escreveu os “Princípios de Economia Política e tributação”, obra na qual dialoga com Smith e propõe soluções distintas em alguns pontos, em especial, na sua teoria do valor trabalho, conforme veremos no próximo capítulo.

Capítulo IV: David Ricardo

4.1 A sociedade em David Ricardo

David Ricardo nasceu em Londres em 1772. O contato com a obra de Smith despertou o seu interesse por questões econômicas. Em um dos seus primeiros trabalhos (*The High Price of Bullion, a Proof of the Depreciation of Bank Notes* – 1810) investigou os fundamentos da inflação inglesa relacionando o processo inflacionário com a política de emissão da moeda praticada pelo Banco da Inglaterra.

A economia inglesa que constrói o pano de fundo histórico para a reflexão de Ricardo passava por um momento em que a Primeira Revolução Industrial estava em plena afirmação, com a generalização da produção industrial baseada nas máquinas ferramentas e no sistema de máquinas, revolução na base técnica da produção que terá como resultado a reorganização da organização social, anunciado a generalização do trabalho assalariado e a tendência à destruição de formas arcaicas de organização da produção como o artesanato e a indústria moderna. Trata-se de um momento que Marx tratou como o momento da afirmação plena das forças produtivas especificamente capitalistas, resultante de um longo processo transformações tecnológicas nas quais se destacam mudanças radicais no campo da siderurgia, das fontes de energia (o vapor) e da indústria têxtil. De fato, como sublinha Rubin (2014), o estímulo para a Revolução Industrial Inglesa no final do século XVIII resultou de transformações observadas na indústria *têxtil de algodão*, na *metalurgia* e nas fontes de força motriz (o motor a vapor). Cada uma dessas invenções foi meramente o resultado final de uma longa série de invenções precedentes, o ponto de chegada de buscas que haviam se estendido por décadas.

Outra fonte que influenciou a visão de mundo de Ricardo foram as ideias que fundamentaram a Revolução Francesa de 1789, sintetizadas no lema "igualdade, liberdade e fraternidade". Desde então, a universalização de direitos políticos e civis passam a ser entendidas como pré-condição para a afirmação do capitalismo e para a superação de resquícios da antiga ordem representada por relações feudais e pelo exercício do poder absolutista e aristocrático. Como afirma Holanda (1996):

“o liberalismo político, sob forma de democracias constitucionais e parlamentares, era a forma de organização social mais adequada ao regime de livre concorrência que se inaugurava sob o amparo do capitalismo industrial. Ricardo foi bastante influenciado por esses ideais e tornou-se ele mesmo um dos maiores defensores do liberalismo, seja no campo da vida política ou econômica”.

Considerado como um dos fundadores da escola clássica inglesa da economia política, juntamente com Adam Smith e Thomas Malthus, as suas obras mais destacadas incluem: O alto preço do ouro, uma prova da depreciação das notas bancárias (*The high price of bullion, a proof of the depreciation of bank notes*), de 1810, Ensaio sobre a influência de um baixo preço do cereal sobre os lucros do capital (*Essay on the influence of a low price of corn on the profits of stock*), em 1815 e Princípios da economia política e tributação (*Principles of political economy and taxation*), em 1817 (reeditado em 1819 e 1821 e 1823).

Em sua reflexão sobre a inflação, Ricardo destacou que a causa do aumento dos preços estava associada ao excesso de emissões de notas pelo Tesouro inglês. Assim, a solução para estancar o processo inflacionário estaria na redução do excesso de papel-moeda em circulação. Esse expediente está de acordo com as primeiras versões da Teoria Quantitativa da Moeda — a qual estatui que o nível geral de preços está relacionado com a quantidade de bens e serviços transacionada na economia e com a quantidade de moeda em circulação.

Ricardo afirmava, ainda que, sob o padrão-ouro, a estabilidade monetária e os fluxos de capitais entre os países poderiam ser regulados sem a intervenção dos governos nacionais, operando em uma forma de livre mercado. Um bom exemplo utilizado seria um país, que por qualquer razão os preços internos estivessem elevados em relação ao ouro (pelo acúmulo do metal, dada a ocorrência de superávit na balança comercial, e com uma desvalorização ante os demais bens). Nesta situação, o livre mercado traria um fluxo de oferta de bens estrangeiros, fazendo escoar-se o excesso de ouro através das importações e reequilibrando os preços internos. A situação oposta, de diminuição de preços internos pela escassez de ouro, seria resolvida pelo aumento das exportações e recuperação do lastro metálico tal como analisa Holanda (1996).

4.2 O debate sobre as *Corn Laws* e os novos conceitos de Ricardo

No *Ensaio sobre a influência de um baixo preço do cereal sobre os lucros do capital* (1815), Ricardo define a economia política como a ciência que se ocupa da distribuição do produto social entre as classes sociais relevantes (proprietários da terra, capitalistas e trabalhadores assalariados). Em outras palavras, a economia política teria como objeto principal o exame da distribuição do produto social entre salários, lucros e renda da terra.

Já no “*Ensaio do Trigo*”, Ricardo examina, como registrado, os efeitos do crescimento econômico sobre a distribuição. Para tal, simula um processo de crescimento econômico numa dada economia, na qual, por hipótese, o estoque de terras cultiváveis é finito e formado por terras de diferentes qualidades. As diferenças na qualidade da terra explicam-se pelas diferenças de sua fertilidade e localização.

No início do processo de crescimento a demanda por produtos agrícolas é satisfeita pela utilização das terras de melhor qualidade (mais férteis e melhor localizadas, que chamaremos terras do tipo A). Por hipótese, tais terras estão disponíveis em quantidade superior à necessária para garantir a oferta de produtos agrícolas. Assim, neste momento a utilização da terra não envolve o pagamento de uma renda (aluguel da terra). Todo o excedente gerado na terra (produto menos os custos de adiantamento de capital, ambos avaliados em quantidades físicas de trigo) é apropriado na forma de lucros. Os trabalhadores são pagos a uma taxa de salário dada (o salário de reprodução, aquele que garante ao acesso a uma cesta de consumo dada) que tende a não variar ao longo do processo de crescimento. Neste momento o produto agrícola se distribui entre trabalhadores (salários) e arrendatários capitalistas (lucros).

Vale sublinhar que o mecanismo de ajuste, ou seja, o mecanismo que faz com que os salários pagos aos trabalhadores gravitem em torno do salário de reprodução é o mecanismo demográfico. Salários de mercado superiores ao salário de reprodução induzem uma aceleração no crescimento demográfico, o que gera efeitos sobre a oferta de trabalho e consequentes pressões para a redução do salário de mercado. Na situação inversa (salário

de mercado menor que o de reprodução) é o encolhimento da oferta de trabalho é o fator que atua como pressão para o aumento do salário de mercado em direção ao salário de reprodução.

Quando o processo de crescimento implica a ocupação de todas as terras do tipo A, faz-se necessária a utilização de terras de menor qualidade (as melhores terras disponíveis, excetuando-se as do tipo A, já em utilização), as quais chamaremos terras do tipo B. Para obter o mesmo produto das terras do Tipo A (em igual quantidade de terra: produto por hectare, por exemplo), as terras do tipo B exigem maior adiantamento de capital (por exemplo, mais sementes e mais trabalhadores por hectare), dado que sua produtividade é menor. Nestas condições, sua taxa de lucro é menor. A utilização das terras de tipo B faz surgir a renda da terra nas terras do tipo A, visto que para os capitalistas que estão dispostos a obter uma menor taxa de lucro nas terras do tipo B seria vantajoso oferecer um aluguel pela utilização das terras do Tipo A.

Em função da concorrência entre os arrendatários capitalistas, a transferência de excedente para os proprietários da terra, nas terras do tipo A, se faria até que a taxa de lucro destas terras (excedente menos a renda da terra paga, sobre o capital adiantado) se igualasse à taxa de lucro das terras do tipo B. O prosseguimento do processo de crescimento econômico implicaria, num terceiro momento, o esgotamento das terras do tipo B, forçando a utilização de terras do tipo C (as melhores disponíveis depois que todas as terras do tipo A e B estão ocupadas e em produção). O processo descrito anteriormente tende a se repetir fazendo surgir renda da terra na produção das terras do tipo B e redefinindo a renda das terras do tipo A.

No modelo de Ricardo o último tipo de terra em utilização é chamada de terra marginal e não paga renda (ausência de uma teoria da renda absoluta). Sua taxa de lucro define a taxa de lucro da agricultura. Nas terras anteriores a taxa de lucro é idêntica a taxa de lucro da terra marginal e a renda da terra, determinada residualmente, e é tão maior quanto maior for a sua produtividade (renda diferencial). Assim, no exemplo anterior, as terras do tipo A pagariam mais renda do que as terras do tipo B, quando da entrada em utilização das terras do tipo C.

Em síntese, as principais conclusões de Ricardo sobre os efeitos do crescimento econômico podem ser descritas como se segue:

- o crescimento econômico é neutro do ponto de vista dos trabalhadores, cujo salário real tende a permanecer em torno de um salário de reprodução. O emprego aumenta com o crescimento;
- a taxa de lucro da agricultura cai com o desenvolvimento econômico; a taxa de lucro da terra marginal determina a taxa de lucro da agricultura; a massa de lucro pode crescer se o aumento da massa de capital compensar a queda da taxa de lucro; a taxa de lucro cai em função dos rendimentos decrescentes da terra; o custo do salário aumenta para os capitalistas;
- a taxa de lucro da agricultura determina a taxa de lucro do sistema econômico;
- a participação da renda da terra no excedente aumenta com o processo de crescimento; a terra marginal não paga renda; as terras anteriores pagam renda que são proporcionais às suas produtividades;
- o conflito distributivo mais importante se dá entre proprietários da terra (renda da terra) e capitalistas (lucro);
- a redução da taxa de lucro tem como fundamento um aumento dos salários (aumento do custo do trabalho para o capital, o que não significa um aumento da taxa de salário – salário por trabalhador)

No modelo de Ricardo a taxa de lucro agrícola determinaria a taxa de lucro geral da economia, mediante a operação do mecanismo da concorrência. No longo prazo, a tendência a queda da taxa de lucro levaria a economia a um estado de não crescimento: o estado estacionário. Ricardo via o estado estacionário como produto inevitável da expansão do sistema. É claro que o autor também admite que a intervenção de melhoramentos nos métodos de cultivo constituiria uma compensação para a diminuição dessa fertilidade, porem, esse fato apenas adiaria a tendência, sendo, contudo, incapaz de anulá-la.

A sustentação das teses do “Ensaio do Trigo” exigiria que Ricardo estivesse trabalhando com a hipótese de que a produção de cereais consumisse de fato apenas cereais (produção de uma mercadoria consumindo somente a mesma mercadoria), por exemplo, produzir trigo com o capital adiantado composto apenas de trigo. Esta hipótese, conhecida como a hipótese fisiocrática, tornaria o comportamento da taxa de lucro independente do comportamento dos preços dos bens produzidos pela agricultura, visto que poderia ser calculada como uma relação entre quantidades físicas de trigo: aquela quantidade que constitui o lucro sobre a que constitui os custos de produção (salários constituídos apenas de trigo, o único bem-salário). Em discussão com Malthus, Ricardo admite não ser este o caso e que, de fato, no *Ensaio*, o trigo estaria sendo utilizado apenas como medida do valor. Percebe, em consequência, não ser possível sustentar suas teses, na ausência de uma teoria do valor. Isso porque, o comportamento do preço dos cereais (aumento ao longo do processo de crescimento econômico, dada a queda da produtividade agrícola) poderia implicar indeterminação no comportamento da taxa de lucro agrícola, a qual, no modelo de Ricardo, define a queda da taxa geral de lucro. Essa é a razão pela qual Ricardo, nos capítulos iniciais dos *Princípios*, vai se impor como tarefa a construção de uma teoria do valor, sem a qual não é factível sustentar as teses desenvolvidas no “Ensaio do Trigo”.

Vale sublinhar que as teses desenvolvidas por Ricardo no *Ensaio* são parte importante de sua argumentação contra as Leis dos Cereais aprovadas pelo Parlamento inglês, as quais protegiam o mercado interno agrícola da concorrência externa. De acordo com Ricardo, com o crescimento, tais leis forçariam a utilização de terras de baixa qualidade pressionando, para baixo, a taxa de lucro da economia inglesa. Este processo favoreceria aos proprietários das terras e seria perverso para os capitalistas e para o avanço da industrialização inglesa. De fato, as teses ricardiana desenvolvidas no Ensaio do Trigo forneciam ao autor argumentos para sua defesa de um projeto nacional que queria a Inglaterra especializada na produção industrial e ocupando o lugar de “manufatura do mundo”, na divisão internacional do trabalho. Neste quadro, Ricardo propõe a liberdade de comércio como alternativa para estimular o crescimento da economia inglesa (impedir ou adiar a queda da taxa de lucro) e permitir sua especialização na exportação de manufaturados e na importação de produtos agrícolas. Ricardo representava, assim, os

interesses do capitalismo industrial nascente, diferentemente de Malthus, cujas ideias sustentavam a defesa de uma Inglaterra predominantemente agrícola e favoreciam os interesses dos proprietários da terra.

4.3 A teoria do Valor em Ricardo

A análise do valor desenvolvida por Ricardo em *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817) tem um precedente importante: a análise do valor desenvolvida por Adam Smith em “*A Riqueza das Nações*”. Para Ricardo, o grande erro de Smith foi abandonar a investigação do valor fundada no trabalho contido, quando sua análise deixa de ter como referência uma economia de produtores independentes (“os tempos rudes e primitivos”) e passa a ter como objeto uma economia mercantil capitalista. Na concepção de Ricardo o trabalho exigido para a produção de uma mercadoria (trabalho contido) deveria permanecer como referência para determinação dos valores das mercadorias e de suas variações no tempo, mesmo em condições capitalistas de produção.

Ricardo entende que o valor de um produto proporcional a resultado de todo o trabalho empregado em sua produção. Este engloba o trabalho dos operários contratados pelo capitalista que produz a mercadoria, assim como o trabalho contido nas mercadorias consumidas ao longo do processo produtivo (matérias-primas, instrumentos de trabalho etc.). Em outras palavras, o trabalho total exigido para a produção de uma mercadoria é a soma total do trabalho empregado nos vários estágios da produção, ou seja, nas várias etapas da cadeia produtiva.

Todavia, alguns produtos fugiriam à circunstância anterior como, por exemplo, objetos raros, obras de artes, vinhos finos, etc.. Mas essas mercadorias apresentam-se como exceções que não invalidam a regra do trabalho contido, válida para os produtos fabricados pelo homem sistematicamente e em escala (mercadorias que não encontram obstáculos para sua produção continuada). Para Ricardo, as mercadorias especiais, que por alguma razão não podem ser reproduzidas (presença de algum obstáculo ou monopólio), estariam excluídas da regra do trabalho contido. Contudo, a exemplo: “dos velhos vinhos e quadros,

são demasiado insignificantes na vida econômica para prejudicar materialmente a unidade e o rigor da economia” (HEIMANN, 1976, p.101).

Dada as considerações anteriores Ricardo conclui que: “possuindo utilidade, as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes básicas: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las” (RICARDO, 1823, p.24). Logo, critério do trabalho contido como determinante do valor das mercadorias só teria validade para mercadorias produzidas em mercados submetidos à competição e à concorrência. Este seria o caso geral aplicado à quase totalidade do mundo das mercadorias.

Como registrado, Ricardo, diferentemente de Smith, rejeita o conceito de trabalho comandado como referência para o valor das mercadorias. Desloca sua atenção para o trabalho despendido ou contido na mercadoria, elemento que explicaria a formação dos preços relativos, assim como suas alterações. Vale reafirmar que em Ricardo o trabalho contido (trabalho, incorporado) numa mercadoria é a soma de dois componentes: o trabalho direto (trabalho presente, trabalho vivo), prestado no processo produtivo imediato e o trabalho indireto (trabalho passado, trabalho morto), aquele contido nos meios de produção utilizados para produzir a mercadoria e pelo trabalho contido nos meios de produção que, por sua vez, produziram aqueles meios de produção e assim sucessivamente.

Ricardo classificou o total do capital empregado nas diversas formas (salários, matérias-primas, máquinas, ferramentas, edificações...) em capital circulante e capital fixo, conforme o seu tempo de circulação. O capital circulante é recuperado num mesmo período de produção; ao passo que o capital fixo exige um tempo mais longo que pode estar composto por mais de um período de produção. Em outras palavras, o capital circulante é consumido em pequeno período de tempo e, por isto, é reproduzido em pequenos intervalos de tempo. Já o consumo do capital fixo se estende no tempo, cobrindo vários ciclos de produção. Nas palavras do autor:

“Dependendo da rapidez com que pereça, e a frequência com que precise ser reproduzido, ou segundo a lentidão com que se consome, o capital é classificado como capital circulante ou fixo. Um fabricante de cerveja, cujas edificações e maquinaria têm grande valor e são duráveis, emprega uma grande parcela de capital fixo. Ao contrário, um sapateiro, cujo capital é principalmente empregado no pagamento de salários, que são gastos em alimentos e em roupas, mercadorias mais perecíveis que edifícios e maquinaria, utiliza uma grande proporção de seu capital como capital circulante”.(RICARDO, 1823, pág.36)

E, em:

“Os alimentos e as roupas consumidas pelo trabalhador, o edifício em que ele trabalha e os instrumentos com os quais sua atividade é realizada, são todos de natureza perecível. Existe, no entanto, uma grande diferença no tempo de duração desses diferentes capitais: uma máquina a vapor durará mais do que um navio, um navio mais do que a roupa do trabalhador, e a roupa do trabalhador mais do que o alimento que ele consome. Dependendo da rapidez com que pereça, e a frequência com que precise ser produzido, ou segundo a lentidão com que se consome, o capital é classificado como capital circulante ou fixo.” (RICARDO, 1996 p.35-36)

Da mesma forma que Smith, Ricardo não explicava variações dos preços relativos das mercadorias a partir do comportamento da oferta e da procura. No caso ricardiano, tais variações refletiriam, por hipótese, variações no trabalho exigido (contido) para a produção das diversas mercadorias, por sua vez resultantes de alterações das condições de produção, como, por exemplo, mudanças tecnológicas. De fato, como afirma Ricardo:

“Se uma peça de lã valer hoje duas peças de linho, e se, dentro de dez anos, o valor de uma peça de lã alcançar quatro peças de linho, poderemos com certeza concluir que será necessário mais trabalho para fabricar o pano, ou menos para fabricar as peças de linho, ou ainda que ambas as causas influíram.” (RICARDO, 1817, p.30)

Vale salientar que a visão ricardiana a respeito do valor coincide com a de Smith no que concerne ao preço “natural” da mercadoria. Apesar de os acréscimos à teoria, Ricardo concordava com Smith no que concerne à questão de os preços de mercado gravitarem em torno de um valor natural (preço de produção). É certo que Ricardo vê no trabalho contido o elemento explicativo dos preços de produção (análogos aos preços naturais e Smith). Entende que a relação de troca entre as mercadorias reflete a quantidade de trabalho exigida para a sua produção. Esses preços corresponderiam aos preços de equilíbrio associados a uma economia dada. Devem, por consequência, garantir aos trabalhadores empregados em sua produção o salário de reprodução (salários de subsistência, dado) e aos capitalistas envolvidos na produção de mercadorias a mesma taxa de lucro. O valor das mercadorias apresenta como partes componentes salários e lucros. Na composição do valor, a renda da

terra é desconsiderada visto que, para Ricardo, o valor dos produtos agrícolas é determinado pelos custos de produção da terra marginal, que não paga renda.

Note-se que os preços relativos das mercadorias, explicados pela quantidade de trabalho exigido por suas respectivas produções, deve ser impermeável a alterações na distribuição do produto entre capitalistas e trabalhadores. Em outras palavras, mudanças nos salários e correspondentes alterações nos lucros não deveriam afetar os preços relativos, na ausência de mudanças nas quantidades de trabalho exigida para a produção das mercadorias. Como atenta Rubin (2014) tal argumento esconde um problema, o fato de supor que;

“um aumento nos salários (e uma correspondente queda nos lucros) afeta na mesma medida cada uma das mercadorias que estão sendo trocadas. Tal suposição, no entanto, é justificada somente sob uma condição: a de que os produtores das mercadorias invistam seu capital inteiro na compra de força de trabalho (isto é, na contratação de trabalhadores), ou dividam-no entre capital constante e variável exatamente nas mesmas proporções.... Consequentemente, os valores relativos dos produtos (produzidos seja por capitais com diferentes composições capital fixo/capital circulante, seja por capitais fixos de durabilidades desiguais, ou por capitais dotados de períodos desiguais de rendimento) podem se modificar não apenas devido a mudanças nas quantidades relativas de trabalho necessárias para sua produção, mas também devido a uma alteração no nível dos salários (que significa uma alteração correspondente na taxa de lucro). Essa é a famosa ‘exceção’ à lei do valor-trabalho que Ricardo examina nas seções IV e V do primeiro capítulo de seus Princípios”

Dadas as considerações anteriores, é possível compreender que a validade da regra de que os preços relativos das mercadorias são proporcionais à quantidade de trabalho exigida para sua produção implica considerar com válida uma hipótese bastante restritiva, qual seja a hipótese de que as mercadorias são fabricadas por capitais de igual composição, com a mesma longevidade e investidos por iguais períodos de tempo.

Ricardo apresenta bons exemplos para demonstrar a influência dos pontos antes registrados na explicação dos valores relativos. Considerando dois artigos, aveia e tecido, se ambos fossem produzidos com as mesmas proporções de capital fixo e circulante, e se a produção demandasse o mesmo tempo, logicamente, seus valores seriam idênticos. Porém, supondo, agora, que a aveia demande maior quantidade de capital circulante e que o tecido

seja intensivo em capital fixo. O valor da aveia será mais sensível a variações no salário. Contudo, mesmo com uma suposta igualdade entre proporções de capital fixo e circulante, outro fator também interferiria na equação do valor: a durabilidade. Se a durabilidade das máquinas utilizadas pelos dois produtores for diferente, as contribuições do capital fixo e circulante também serão diferentes, circunstância que tem impacto nos valores de suas mercadorias. Ricardo aborda assim o efeito da taxa de lucro sobre o valor, tendo em conta o tempo de produção.

“Suponhamos que dois homens empreguem 100 trabalhadores cada um, por um ano, na fabricação de duas máquinas, que outro homem empregue o mesmo número no cultivo de trigo: no fim do ano, cada máquina valerá o mesmo que o trigo, pois foram produzidos com a mesma quantidade de trabalho. Suponhamos agora que o proprietário de uma das máquinas a utiliza, no ano seguinte, com o auxílio de 100 trabalhadores, na produção de tecidos de lã, e o dono da outra máquina, igualmente com o auxílio de 100 trabalhadores, a emprega na produção de artigos de algodão, enquanto o lavrador continua empregando 100 trabalhadores no cultivo do trigo. Durante o segundo ano, todos eles terão empregado a mesma quantidade de trabalho, mas os produtos e a máquina do fabricante de tecidos de lã, assim como os do fabricante de artigos de algodão, terão resultado do trabalho de 200 homens empregados por um ano; ou melhor, do trabalho de 100 homens durante dois anos, enquanto o trigo terá sido produzido pelo trabalho de 200 homens em um ano. Consequentemente, se o trigo valer 500 libras, a máquina e os produtos do fabricante de tecidos deverão valer juntos 1 000 libras, enquanto a máquina e os produtos do fabricante de artigos de algodão deveriam valer também o dobro do trigo. Mas esses produtos, na realidade, terão mais que o dobro do valor do trigo, pois o lucro do capital do fabricante de tecidos de lã e do fabricante de produtos de algodão, correspondente ao primeiro ano, terá sido acrescentado aos seus capitais, enquanto o do agricultor foi gasto e desfrutado.” (RICARDO, 1823, p.37)

4.4 A Teoria do Valor em Ricardo

Em Ricardo, a teoria do valor trabalho ganha uma importante contribuição, relativamente à Smith. Suposta a vigência das mesmas proporções de capital fixo/circulante nas diferentes linhas de produção, o preço das mercadorias fica determinado pelo trabalho incorporado nas mercadorias. Além do mais, é possível medir os salários e lucros por essa mesma medida, ainda que os trabalhadores sejam donos dos seus meios de produção (sociedade mercantil simples), ou mesmo que estes pertençam a uma classe de homens que os empregue e lhes provenha às ferramentas necessárias para trabalhar (sociedade mercantil

capitalista). Em síntese, o princípio, de que o trabalho incorporado é o que fundamenta os preços relativos das mercadorias se mantém. Entretanto, na presença de diferenças de durabilidade e composição dos diversos capitais, o trabalho incorporado não é o único fator explicativo da determinação/variação dos preços. Como discutido anteriormente, não só o aumento ou redução da quantidade de trabalho necessária à produção das mercadorias influem nos seus preços, mas também o nível de salários e lucros. Mercadorias cuja produção é mais intensiva em trabalho terão seus preços impactados mais fortemente se houver aumento dos salários e, analogamente, bens mais intensivos em capital serão mais afetados por mudanças na taxa de lucro. Quanto mais capital fixo e durável for usado na produção de uma determinada mercadoria, mais seu preço se mostrará insensível a variações nos salários.

Pelas razões antes registradas, o trabalho incorporado explica apenas parcialmente o movimento dos preços, tendo em vista a influência do comportamento de lucros e salários em sua determinação. Assim, Ricardo admite ser necessário encontrar um padrão invariável de valor, uma medida-padrão que explicasse preços relativos e operasse independentemente de alterações na distribuição. Tal medida permitiria explicar preços relativos e suas alterações sem introduzir a questão da distribuição do produto entre trabalhadores (salários) e capitalistas (lucros). Dizendo de outro modo, do ponto de vista lógico tal medida possibilitaria primeiramente discutir/explicar preços para, em seguida e de forma independente, enfrentar a questão da distribuição. Ricardo não consegue uma solução satisfatória para essa questão, que fica então como problema para a reflexão teórica posterior.

Capítulo V: Karl Marx

5.1 A troca e a mercadoria

Karl Marx nasceu em Trier, Alemanha, em 1818. Entre suas principais publicações está “O Capital” (*Das Kapital*), cujo primeiro livro foi editado em 1867. Neste livro, utilizando uma abordagem teórico-histórica, Marx constrói dois grandes movimentos: desvendar a gênese e explicitar as leis de movimento do modo de produção capitalista, estas últimas construídas no quadro de sua teoria do valor trabalho. Como sabido, o pensamento marxista tem como referência (fontes) e dialoga criticamente com a filosofia clássica alemã (Hegel e Feuerbach), o socialismo utópico e a economia política, com destaque para as obras de Smith e Ricardo.

Ao longo do desenvolvimento de seu pensamento, uma dos focos mais relevantes de Marx foi buscar uma alternativa para o capitalismo, por intermédio da defesa de novas formas de produção e distribuição econômica que igualasse os homens em suas condições materiais e sociais, libertando-os da exploração e da alienação em que viviam sob o modo de produção capitalista. Com essa perspectiva, concentrou-se na tarefa de combater e criticar as visões do capitalismo como ordem natural (ordem da natureza), visões subjacentes à reflexão da economia política que se desenvolve na Europa Ocidental nos séculos XVII e XIX. Tal esforço (a desnaturalização do capitalismo) é relevante dado que permite ao autor caracterizar a sociedade capitalista como historicamente determinada e, em consequência, como um modo de produção transitório.

A perspectiva anterior aparece já no capítulo primeiro do Livro I de “O Capital” em que Marx começa a apresentação de suas ideias sobre a produção capitalismo utilizando o conceito de mercadoria, a forma elementar da riqueza no capitalismo. Nas palavras do autor, “a riqueza das sociedades em que domina o modo-de-produção capitalista apresenta-se como uma ”imensa acumulação de mercadorias. A análise da mercadoria, forma

elementar desta riqueza, será, por conseguinte, o ponto de partida da nossa investigação”(MARX, 1859, p. 3)

Vê-se, assim, que o autor recorta como célula analítica básica um conceito (a mercadoria) historicamente determinado, isso é próprio a uma ordem social específica: o capitalismo. Vale repetir, a mercadoria é tratada como forma simples e essencial da riqueza na sociedade mercantil, aquela sociedade na qual a troca é o mecanismo central da reprodução social. E o que torna a troca um processo social, um mecanismo mediante o qual a reprodução social é assegurada? A resposta de Marx aponta para a presença de determinadas relações sociais de produção, relações estabelecidas pelos homens e a partir das quais a produção material se realiza. Por exemplo, em uma sociedade na qual a produção social se organiza com base na divisão do trabalho e na apropriação privada do fruto do trabalho, o produto do trabalho toma a forma de mercadoria, a troca deixa de ser fortuita, manifestando como um mecanismo necessário, sistemático e explicativo da ordem social.

De fato, a divisão do trabalho acarreta a necessidade de o trabalho individual se mostrar trabalho social (trabalho para o outro, para a sociedade). Contudo, a propriedade privada privatiza o fruto do trabalho. Resulta desse par de relações de produção uma contradição entre a necessidade de o produto do trabalho socializar-se e a apropriação privada do mesmo. A troca é o mecanismo que permite a socialização do fruto do trabalho em condições de produção fundadas na propriedade privada. O produtor produz para o outro, para a sociedade, mas aquilo que produz lhe pertence e não à sociedade. Nessas condições, sem troca não há sociedade. A troca emerge como processo social, como resultante da organização social da produção. Não resulta, como em Smith, de uma tendência inata aos homens, mas de um processo resultante de presença de determinada arquitetura social (relações sociais de produção historicamente determinadas), a partir da qual a reprodução da vida material se estabelece e se manifesta.

Em Smith, a sociedade tem como elemento natural a troca derivada de uma característica da natureza humana. Assim, a troca e seu desdobramento, a divisão do

trabalho, configurariam o estado avançado de desenvolvimento da sociedade (a sociedade comercial). Já para Marx a formação da sociedade fundada na troca de produtos obtidos de uma forma privada não só não é natural, como é a consequência da perda do caráter imediatamente social, próprio do trabalho humano. Com essa interpretação é possível distinguir um primeiro sentido da categoria do trabalho alienado. Como sublinha Napoleoni, “o trabalho produtor de mercadorias é um trabalho que perdeu a natureza de trabalho social como sua característica imediata, tornando-se social através da mediação da coisa” (NAPOLEONI, 1977, p. 53).

A mercadoria, forma social do produto do trabalho na produção capitalista, é definida pelo autor como a unidade de duas dimensões: o valor de uso e o valor. É um valor de uso na medida em que satisfaça uma necessidade qualquer dos indivíduos, seja esta necessidade, como afirma Marx, do estômago ou da fantasia. É um valor enquanto garante ao seu proprietário direito sobre parcela da riqueza produzida pela sociedade. A mercadoria pode ser consumida como valor de uso ou pode ser utilizada como poder de compra. Numa sociedade mercantil, na qual os produtores produzem privadamente, com base na divisão do trabalho, os produtores estão interessados em produzir mercadorias como meio de produzir poder de compra, de produzir direitos sobre a riqueza social. Em outras palavras, a produção de valores de uso torna-se o veículo (o meio) para a produção de valor. Como observa Marx, o produtor “não produz por amor aos valores de uso”. Está interessado na dimensão valor, intrínseca à natureza social da mercadoria.

5.2 Valor de uso, valor e o duplo caráter do trabalho

Diferentemente de Smith e de Ricardo que dirigem sua atenção para a investigação da medida dos valores das mercadorias (trabalho comandado e trabalho contido), Marx mostra que a discussão sobre a medida do valor deve estar precedida de uma pergunta ausente nas obras daqueles autores, qual seja discutir as condições necessárias para que produto do trabalho assuma a forma valor e, em consequência, se apresente como mercadoria. Essa perspectiva introduz a questão da substância do valor (ausente na reflexão de Smith e de Ricardo) e requer o desenvolvimento da análise da dupla natureza do

trabalho, análise que o próprio Marx considerava uma de suas principais contribuições para a economia política.

Como vimos, para Marx toda mercadoria tem de ser, necessariamente, um valor de uso. Entretanto, seu valor não se explica por sua utilidade, mas pelo fato de ser produto do trabalho em condições históricas específicas (particulares). Para Marx, o trabalho não é necessariamente fonte do valor. Pode ser analisado como uma atividade natural e eterna, presente em toda e qualquer forma de organização social da produção. Enquanto tal, isso é como atividade adequada a um determinado fim, o trabalho está relacionado a produção de valores de uso. Em todas as sociedades os homens trabalham e resultam deste trabalho valores de uso, coisas úteis à sociedade. Essa é a dimensão analítica que trata o trabalho como trabalho concreto (ou útil). Por sua vez, o produto do trabalho adquire valor e, portanto, aparece como mercadoria, somente quando o trabalho é exercitado no âmbito de uma sociedade específica, fundada em determinadas relações de produção. Assim, o produto do trabalho adquire valor quando é fruto de trabalho imediatamente privado que se socializa por intermédio da troca (trabalho abstrato). São as condições particulares e históricas da produção mercantil (a presença de determinadas relações de produção) que conferem a dimensão valor ao produto do trabalho. Vale insistir que para Marx o trabalho não é por natureza fonte de valor. São determinadas condições históricas que fazem do trabalho a fonte e a substância do valor. Logo, para Marx, a substância do valor é o *trabalho abstrato*, o trabalho exercido em condições históricas particulares: ***trabalho imediatamente privado que se socializa por intermédio da troca.***

Discutida a questão da substância do valor, Marx tem que enfrentar a discussão sobre a medida do valor, campo em que conta com contribuições precedentes importantes (Smith e Ricardo). Como sublinha Napoleoni (Valor na Ciência Econômica), o ponto de partida de Marx está numa reflexão crítica sobre os conceitos de trabalho comandado e de trabalho contido formulados, respectivamente, por Smith e Ricardo. De Ricardo, Marx aceita a crítica a Smith, de que o modo como o valor se distribui entre as classes sociais não determina o modo como ele se forma (determinação do valor independentemente da distribuição). Isso se relaciona com o fato de Marx concordar com Ricardo em relação ao

princípio de que o trabalho contido determina o valor de troca das mercadorias, mesmo no caso de uma sociedade mercantil capitalista. De fato, para Marx, a medida do valor é o **tempo de trabalho socialmente necessário**, isso é o tempo de trabalho exigido para a produção de um determinado valor de uso, dadas as condições médias de intensidade e produtividade do trabalho. Nas palavras do autor, “o valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra assim como o tempo de trabalho necessário a produção de uma está para o tempo de produção necessário à outra” (MARX, 1886, p. 61).

5.3 Valor de troca e dinheiro e origem do lucro

Como vimos, para Marx a mercadoria é concomitantemente um valor de uso e um valor. O valor de uma mercadoria se expressa (se mostra, se revela) na relação que ela estabelece com as outras mercadorias. Assim, por exemplo, se um casaco é trocado por uma mesa (o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das duas mercadorias é o mesmo), é possível afirmar que um casaco vale uma mesa. Uma mesa é a expressão do valor do casaco (do poder de compra do casaco) em termos da mercadoria mesa. Nesse exemplo, a mesa está na forma relativa do valor e o casaco na forma equivalente. Vale sublinhar que o casaco pode exprimir o seu valor em termos de qualquer mercadoria, à exceção de si mesmo. Logo uma mercadoria possui $n-1$ (n sendo o número de mercadorias existentes) formas de expressão de seu valor. Essas diversas formas de expressão do valor do casaco (uma mesa, dez quilos de arroz, 10 metros de linho, uma libra de ouro etc.) são denominadas os valores de troca do casaco. Assim, para Marx, **o valor de troca é a expressão material do valor (*forma fenomênica do valor*)**, a expressão do valor de uma mercadoria em termos de uma determinada quantidade de outras mercadorias. O valor de cada mercadoria é, por suposto, proporcional ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção e pode encontrar numerosas formas de expressão.

O dinheiro é a mercadoria socialmente eleita para fornecer o corpo material no qual todas as mercadorias expressarão o seu valor. Quando uma mercadoria passa a desempenhar a função de equivalente geral torna-se a mercadoria dinheiro. A expressão do

valor das mercadorias na mercadoria dinheiro é chamada por Marx de preço. Assim, se a mercadoria dinheiro for o ouro, a expressão uma mesa vale uma libra revela o preço da mesa. Uma libra ouro, a expressão do valor da mercadoria mesa em termos da mercadoria dinheiro, é o preço de uma mesa. Na presença da mercadoria dinheiro todas as mercadorias passam a ser comparadas entre si a partir de seus preços (expressão monetária do valor). A mercadoria eleita socialmente por intermédio do processo de trocas para desempenhar o papel de dinheiro ganha um valor de uso socialmente construído, qual seja ser representação universal da riqueza, riqueza genérica. Nessas condições, torna-se uma mercadoria especial por ser representação de trabalho já socialmente validado (trabalho abstrato). Marx analisa as funções monetárias (medida do valor, meio de circulação, meio de troca), entesouramento, meio de pagamento e dinheiro universal e nesse campo vai muito além da análise de Smith e Ricardo.

No capítulo I do Livro I de “O Capital” Marx encerra sua apresentação dos conceitos relacionados a sua teoria do valor apresentando sua reflexão sobre o fetichismo da mercadoria. De acordo com Rubin (A teoria marxista do valor. São Paulo, Brasiliense, 1980.p.19), na teoria marxista, a teoria do fetichismo da mercadoria pode ser definida não apenas como um apêndice da teoria do valor mas como "a base de todo o sistema econômico de Marx e, particularmente de sua teoria do valor". Na base da teoria do fetichismo da mercadoria está no fato de que, na sociedade mercantil capitalista, as pessoas se relacionam necessariamente entre si não como pessoas, mas como proprietários de coisas, produtos do trabalho. Com isso, a relação entre os produtores passa a ser uma relação entre os produtos de seu trabalho. Nesse sentido, afirma Rubin, a teoria marxista é também uma teoria sociológica das relações econômicas, por tratar as categorias materiais como reflexos das relações de produção entre pessoas.

Vimos que uma contribuição importante de Marx para as teorias do valor-trabalho foi sua reflexão sobre o duplo caráter do trabalho. A teoria de Marx mostra também que no modo de produção capitalista, a força de trabalho é uma mercadoria, tendo, por consequência, valor.. Para Marx, o que constitui objeto de troca entre o capitalista e o operário não é o trabalho, mas sim sua capacidade de trabalho (*Arbeitsvermogen*) ou força

de trabalho (*Arbeitskraft*). O valor da mercadoria força de trabalho seria a quantidade de trabalho necessário para produzir os meios de subsistência do trabalhador. A quantidade de trabalho resultante do consumo da força de trabalho no processo produtivo não tem relação com o valor da força de trabalho. Esta diferença (valor da força de trabalho e valor gerado pelo consumo da força de trabalho) esta na base da construção do conceito de mais-valia, forma geral do excedente em condições capitalistas de produção.

Dizendo de outro modo, para Marx, a quantidade de trabalho fornecida pelo operário num período de tempo é superior à quantidade de trabalho contida nos meios de subsistência necessários à reprodução de sua força de trabalho neste mesmo período de tempo. Assim, na relação instituída entre o operário e o capitalista, o operário cede, por um tempo determinado, a sua capacidade de trabalho. Podemos dizer que o valor produzido pelo operário é maior que valor da sua força de trabalho. A diferença de valor que resulta deste processo é o que Marx chama de *mais-valia* e, constitui a base do lucro. Marx logra, assim, conciliar uma explicação para o excedente econômico (mais valia, base para o lucro) com o funcionamento do mercado em que as trocas são trocas de equivalentes, regidas pela lei do valor.

5.4. A lei do valor como reguladora da produção e os preços de produção.

O conceito da substancia do valor em Marx, passa a ser observado no histórico das relações sociais. Para Smith e Ricardo, o valor não era uma qualidade social dos produtos, mas algo natural. Já para Marx, o valor é, antes de tudo, uma substância social-histórica em que, em uma economia mercantil, as organizações sociais característica de proprietários privados já contavam com a divisão social do trabalho bastante avançada e com isso possibilitou o trabalho privado se apresentar como produtos do trabalho social.

Uma vez que a produção é confiada a proprietários privados concorrentes, vemos que numa empresa capitalista, a produção costuma ser regulada, seguindo a um plano estabelecido pela administração. Já no processo social global das relações entre as

empresas, não existe uma regulação consciente. A produção capitalista obedece a um regulador objetivo, que atua sem a consciência dos produtores privados. Esse regulador seria a lei do valor, que, por ser a lei de validação do caráter social do trabalho privado, determina a distribuição dos meios de produção e da força de trabalho entre os vários produtores e ramos da produção.

A concorrência entre os produtores privados gera uma sucessão de desequilíbrios e, ao mesmo tempo, atua no sentido de corrigir mais desequilíbrios, mediante a regulação do valor. Simultaneamente, porém, a constante geração de desequilíbrio e a tendência contrária ao equilíbrio compõem o dinamismo do processo capitalista de produção e influenciam no desenvolvimento das forças produtivas. Neste ponto, a concepção de Marx se volta para um conceito social contrapondo-se ao pensamento burguês que, buscou apresentar a ordem econômica capitalista como sendo análoga a ordem que rege a ordem da natureza física, precisamente por ser harmônica, e estar apta a estabelecer o estado de equilíbrio à sociedade. O que Marx propõe é a simples possibilidade de equilíbrio através da lei do valor e não a sua realidade já que o equilíbrio seria apenas a superação de desproporções e situações de desequilíbrio que estão sempre presentes no mercado.

Segundo Marx, a constituição plena do capitalismo supõe o desenvolvimento das forças produtivas especificamente capitalistas e o consequente domínio do capital sobre as diversas órbitas da produção material, em que a presença do trabalho assalariado se torna hegemônica e generalizada. Esse processo se afirma com revolução industrial que se completa nas primeiras décadas do século XIX. Para o autor, numa economia em que rege a produção capitalista, as trocas deixam de obedecer ao critério do valor determinado pelo trabalho socialmente necessário e passam a refletir os preços de produção, entendidos como formas transformadas do valor. Em outras palavras, as mercadorias não se trocam a seus valores, mas a seus preços de produção. Se assim é, qual o significado do conceito de preço de produção e que relação estes preços guardam com os valores?

Para Marx numa economia mercantil capitalista a concorrência entre os capitalistas tende a igualar as taxas de lucro. Consequentemente, os preços de produção seriam

aqueles que possibilitariam aos capitalistas reaver o capital adiantado (capital constante somado ao capital variável) acrescido de um lucro médio. O capital constante corresponderia ao capital adiantado na forma de meios de produção (c) e o capital variável ao capital adiantado para pagar a força de trabalho (v). Os preços de produção seriam então calculados a partir da seguinte fórmula:

$$1) \text{ preço de produção} = (c+v) + r (c+v) \text{ em que } r = \text{taxa média de lucro.}$$

O cálculo dos preços de produção associados a uma economia dada supõe, então, conhecer o sistema de valores associado a esta economia, como no exemplo abaixo, extraído de Napoleoni (Lições sobre o capítulo VI - inédito) e que representa uma economia produtora de duas mercadorias. Conhecida as técnicas de produção, o salário de subsistência e a taxa de exploração (no exemplo 100%), é possível construir um sistema em preços de valores como se segue:

Tabela 1: Sistema em valores

	c	v	m	valor	razão de troca	tx lucro
I	1	1	1	3	4/1	50%
II	8	2	2	12		20%

Se as mercadorias I e II forem trocadas a seus valores, as taxas de lucros obtidas pelos capitalistas que produzem as mercadorias I e II seriam diferentes. Isso porque, ainda que as taxas de exploração fossem as mesmas para a produção das duas mercadorias, o mesmo não pode ser dito para a composição orgânica. As composições orgânicas são distintas uma vez que refletem composições técnicas diferentes (combinações entre capital e trabalho em termos físicos). A troca das mercadorias a seu valores, compatível com igualdade de taxas de lucro entre setores, exigiria a presença de uma hipótese muito restritiva, qual seja a de que a composição orgânica do capital fosse idêntica em todos os setores. Isso se aproxima do problema enfrentado por Ricardo na defesa do trabalho

contido como medida do valor, cuja validade exigiria igual distribuição entre capital fixo (trabalho passado) e circulante (trabalho presente).

Conhecendo o problema de Ricardo Marx argumenta que faltou a este autor perceber que no capitalismo os valores são a base para o cálculo dos preços de produção, e que as mercadorias se trocam a seus preços de produção e não a seus valores. Marx então apresenta uma rotina teórica para a transformação de valores em preço de produção a qual segue os seguintes passos: cálculo de uma taxa de lucro média a partir do sistema de valores, aplicação desta taxa de lucro ao preço de custo das mercadorias ($c+v$) e determinação subsequente dos preços de produção, constituídos pelo preço de custo somado ao lucro médio. Utilizando o sistema de valores antes descrito teríamos uma taxa de lucro médio igual a 25%, resultante da relação do total da mais valia gerada no sistema (no exemplo: 3) com o total do capital adiantado (no exemplo: 12). Conhecida a taxa de lucro média é possível calcular os preços de produção como se vê no quadro que se segue.

Tabela 1: Sistema em preços de produção

	c	v	M	valor	razão de troca	tx lucro
I	1	1	0,5	2,5	5/1	25%
II	8	2	2,5	12,5		25%

A rotina utilizada por Marx para transformação de valores em preços padece de um problema expresso no fato de o capital permanecer contabilizado em valores ($c+v$). Marx registra este problema. Contudo não chega a se debruçar sobre ele no Livro III de O Capital. Como sabido a transformação de valores em preços de produção proposta por Marx vai ser objeto de um debate longo e acirrado, envolvendo economistas de diversos matizes teóricos e que ficou conhecido na literatura econômica como “o problema da transformação”. Ainda que relevante, abordar a natureza e os desdobramentos deste debate está fora dos objetivos desta monografia.

Conclusão

No estudo da economia destacam-se os precursores de um debate que prevalece até os dias de hoje. Trata-se do estudo da origem do valor e da própria ordem social o qual gerou debates ainda hoje pertinentes, a despeito do avanço da própria economia ao longo do tempo. Nesse campo, como discutido no cap. II desta monografia, destacam-se os Fisiocratas que buscaram analisar o sistema econômico tendo como referência sociedade francesa dos meados do século XVIII. A principal contribuição dos autores fisiocratas foi o conceito que se tornou um dos principais elementos de discussão na teoria econômica, o produto líquido ou excedente. Outro ponto de relevante de sua contribuição foi a ênfase dada ao trabalho produtivo (em sua concepção, o trabalho agrícola) como fonte de riqueza nacional, uma vez que a terra era entendida como fator explicativo da origem do excedente. Esses conceitos contrastavam com as teorias anteriores, em especial dos mercantilistas, cuja atenção no estudo do enriquecimento nacional voltava-se primordialmente para a órbita da circulação das mercadorias. Os fisiocratas, de certa forma, foram os primeiros a relacionarem o trabalho como de geração de riqueza, ainda que não tenham sido capazes de conceber o trabalho como sendo produtivo em si mesmo.

Umas das contradições do pensamento da fisiocracia indicadas por Napoleoni diz respeito ao fato de suas reflexões privilegiarem a produção agrícola e não terem sido capazes de perceber que as atividades manufatureiras e industriais como as portadoras de maior potencial para o desenvolvimento de relações capitalistas de produção. Isso muito provavelmente deveu-se ao quadro da economia de seu tempo em que as atividades manufatureiras muito raramente estavam organizadas com base no trabalho assalariado.

Outro autor tratado no texto foi Adam Smith e suas significativas contribuições no campo da economia política, largamente reconhecidas pelos autores subsequentes. Em contraponto com o quadro histórico vivenciado pelos fisiocratas, na Inglaterra de Smith (ainda predominantemente agrícola) já se estruturava um núcleo de produção manufatureira dinâmica, operando com base no trabalho assalariado e na divisão de trabalho.

Um ponto central da crítica de Smith às teses fisiocratas foi o de que o trabalho agrícola era o único trabalho produtivo e de que o excedente se explicava por uma potência intrínseca à terra. Se a geração do excedente não se circunscreve à produção agrícola, como Smith não

pode negar (dada à acumulação de riqueza visível no segmento manufatureiro da economia inglesa), então a investigação da origem do excedente deslocou-se da terra para o trabalho.

Smith, ao dialogar com a filosofia política, substituiu o Estado pelo mercado como elemento de coesão social na explicação da ordem social. Partindo do suposto que as trocas são naturais e a partir destas se desenvolvem uma divisão do trabalho, definiu que essas trocas seriam reguladas pela quantidade de trabalho que a mercadoria pudesse comprar. Com isso, todo o produto social poderia ser medido com a adoção de uma medida comum, o trabalho comandado. Desta forma, os preços são definidos conforme o estágio de desenvolvimento da sociedade, sendo primeiro equivalentes a quantidade de trabalho necessário para produzir o bem, e gradualmente passando a computar as rendas das classes na composição do preço das mercadorias. O trabalho comandado passa a depender das taxas naturais de salário lucro e renda da terra e se uma destas parcelas destinada a uma das classes sociais relevantes (trabalhadores assalariados, capitalistas e proprietários da terra) cresce, o preço das mercadorias também se altera.

Já em Ricardo, o conceito de trabalho comandado, em que a mercadoria tem seu valor definido pela quantidade de trabalho que esta pode comprar, é substituído pela ideia de que a quantidade de trabalho utilizado (contido) para fabricar determinado produto é o que define o valor da mercadoria e sua relação de troca com as demais mercadorias. Diferentemente do proposto por Smith, mesmo que exista o capital ou a renda da terra, os preços continuam a ser regulados pelo trabalho incorporado na mercadoria. Os lucros tem que ser proporcionais ao capital investido e quanto maior o período de produção, maior devem ser os lucros.

Com isso, vemos duas concepções opostas. Segundo Ricardo, o salário, o lucro e a renda são partes de um valor global preexistente em que o salário seria a parcela que resta ao trabalhador, deduzidas a renda (do proprietário) e o lucro (do capitalista). Já segundo Adam Smith, o valor seria a resultante da soma dos três elementos. Segundo Napoleoni, essa concepção de Smith o faz entrar num ciclo vicioso em que a mercadoria tem um preço natural e, que este é soma do salário, do lucro e da renda. O salário, por sua vez, depende dos preços naturais dos bens de subsistência que, por sua vez são compostos por salários, lucros e rendas. Com isso, a conclusão seria de que os preços dependem dos preços.

Ricardo ao utilizar o conceito do trabalho incorporado, deixa implícito que existe uma relação inversa entre salários e lucros: Quando estes aumentam, aqueles diminuem. Essa concepção não era verdade em Smith para o qual se os salários subissem os preços também subiriam. Como visto na análise de Napoleoni, juntamente à crítica de Bailey à Ricardo, o mesmo não conseguiu relacionar suficientemente a teoria do valor à mercadoria principal da economia capitalista, o próprio trabalho, pois não conseguiu relacionar que o trabalho como tal não seria o objeto de troca entre o capitalista e o operário mas sim a força de trabalho, conforme posteriormente a teoria de Marx veio a indicar.

A teoria do valor de Marx aproxima-se mais da teoria de Ricardo do que de Smith pois como ponto inicial traz a definição de mercadoria e da medida do valor como o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário, de certa forma relacionando com a definição de trabalho incorporado. A principal contribuição que Marx dá às teorias do valor-trabalho é o duplo caráter do trabalho gerador da mercadoria (unidade entre valor de uso e valor). Marx também chama a atenção para o fato de que no modo de produção capitalista, a força de trabalho (e não o trabalho) também é uma mercadoria, tendo assim valor e valor de uso. Para Marx, o que constitui objeto de troca entre o capitalista e o operário não é o trabalho deste último, mas sim sua capacidade de trabalho ou força de trabalho. Para Marx, a quantidade de trabalho fornecida pelo operário num período de tempo é superior à quantidade de trabalho contida nos meios de subsistência necessários ao operário nesse mesmo período de tempo. Assim, na relação instituída entre o operário e o capitalista, o operário cede, por um tempo determinado, a sua capacidade de trabalho que consumida na produção reproduz o seu valor e mais valor (mais-valia). Marx consegue, assim, compatibilizar sua teoria do valor trabalho com uma teoria do lucro.

Por fim, vale sublinhar que a evolução das teorias do valor no âmbito da economia política se desenvolveu concomitantemente ao próprio desenvolvimento da economia mercantil capitalista. Através do espaço de tempo vivido pelos fisiocratas, Smith e Ricardo, vimos uma sociedade em transição de uma economia predominantemente agrícola e não capitalista para uma economia industrial com predominância do trabalho assalariado. Por seu turno, Marx, pode estudar uma sociedade capitalista em uma fase mais madura. Esse contexto não pode ser ignorado, pois contribuiu para a evolução dos conceitos de valor e mesmo da economia política como ramo de conhecimento autônomo.

Bibliografia

BENNETTI, C. (1987), *Valor excedente e moeda*, Rio de Janeiro: IE/UFRJ. (Texto para Discussão nº 118)

GANEM, A. (2012) *O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek*. Revista Economia e Sociedade V.21 , nº 21

HEIMANN, E. (1976) *História das doutrinas econômicas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores

HOLANDA, F.M. – Apresentação. In: Ricardo, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Ed. Nova Cultura. 1996 (Coleção Os Economistas)

MARX, Karl, *Zur Kritik der politischen Oekonomie*, 1859, (*Contribuição para a Crítica da Economia Política*, 1971)

NAPOLEONI, C.(1977) *O Valor na Ciência Econômica*. Ed Presença

NAPOLEONI, C.(1978) *Smith, Ricardo e Marx*. Ed Graal

RICARDO, D. (1997) *Princípios de Economia Política e Tributação*. Coleção Os Economistas Ed. Abril

NAPOLEONI, C.(1977) *O Valor na Ciência Econômica*. Ed Presença

RICARDO, D. (1997) *Princípios de Economia Política e Tributação*. Coleção Os Economistas Ed. Abril

RUBIN, Isaac. *História do Pensamento Econômico*. Editora UFRJ. 2014.

SMITH, A. (1997) *Investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*. Coleção Os Economistas Ed. Abril

TEIXEIRA, A. (2000) *Marx e a economia política: a crítica como conceito*. Revista Econômica nº 4, V.II